

SOCIEDADE E CONDIÇÃO HUMANA NA MODERNIDADE 2

DENISE PEREIRA
ELIZABETH JOHANSEN
(ORGANIZADORAS)



Atena
Editora
Ano 2021

SOCIEDADE E CONDIÇÃO HUMANA NA MODERNIDADE 2

DENISE PEREIRA
ELIZABETH JOHANSEN
(ORGANIZADORAS)



Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadoras: Denise Pereira
Elizabeth Johansen

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S678 Sociedade e condição humana na modernidade 2 /
Organizadoras Denise Pereira, Elizabeth Johansen. -
Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5706-795-6
DOI 10.22533/at.ed.956210902

1. Sociedade. I. Denise Pereira (Organizadora). II.
Elizabeth Johansen (Organizadora). III. Título.

CDD 302.5

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos - CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa - Paraná - Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Stuart Hall (2006), quando analisou o conceito de identidade cultural, afirmou que o indivíduo, anteriormente reconhecido filosófica e sociologicamente como sujeito unificado, agora pode ser compreendido como descentrado ou fragmentado devido as mudanças estruturais que transformaram as sociedades modernas no final do século XX. Tais transformações de forma alguma devem ser analisadas como elementos de fragilização do indivíduo, tampouco da sociedade, pois possibilitaram o descortinar de um mundo múltiplo, permitindo o (re)conhecimento de processos socioculturais diversificados.

Concomitante as mudanças estruturais que transformaram as sociedades modernas no final do século XX, as produções científicas a partir desse período passaram a apresentar sinais decorrentes da intensificação e difusão da chamada “virada cultural”, promovendo questionamentos teóricos e estudos que não mais recusavam as expressões humanas, suas paixões e intencionalidades como objetos a serem pesquisados, mas demonstraram o quanto tais objetos eram capazes de precisar a multiplicidade dessas sociedades em transformação.

O presente e-book da coleção Sociedade e Condição Humana na Modernidade II exemplifica as reflexões apresentadas acima, pois ao reunir trabalhos acadêmicos em que as narrativas individuais e o cinema são utilizados como fonte central de pesquisa, assim como investigações que voltaram o olhar para mulheres, indígenas, portadores de necessidades especiais e membros de irmandade negra, referenda tanto o entendimento de que o mundo é múltiplo social e culturalmente, quanto confirma que o campo científico acompanhou as transformações que a sociedade como um todo vivenciou. Prova disso é a temática da sustentabilidade, que norteia não apenas um dos artigos, mas é questão contemporânea de debates políticos, econômicos, culturais, científicos e sociais nas esferas local, nacional e internacional.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira
Elizabeth Johansen

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
“CINEMA INDÍGENA”, ¿UM INSTRUMENTO PARA A DECOLONIZAÇÃO? María José Torres Idrovo DOI 10.22533/at.ed.9562109021	
CAPÍTULO 2	14
NARRATIVAS COMO DISPOSITIVO DE FORMAÇÃO PARA PEDAGOGOS: REFLEXÕES SOBRE O APRENDER E O ENSINAR MATEMÁTICA Claudene Ferreira Mendes Rios DOI 10.22533/at.ed.9562109022	
CAPÍTULO 3	30
SURDEZ: NARRATIVA (AUTO)BIOGRÁFICA DA CARREIRA ACADÊMICA E PROFISSIONAL DE UM PROFESSOR DE LIBRAS DO ENSINO SUPERIOR Roberto Antonio Alves Luci Pastor Manzoli Caroline Hellen Rampazzo Alves DOI 10.22533/at.ed.9562109023	
CAPÍTULO 4	39
PERSONAGENS FEMININAS DE HARPER LEE EM <i>O SOL É PARA TODOS</i> Valéria Biondo Heloise Roma Leite DOI 10.22533/at.ed.9562109024	
CAPÍTULO 5	55
A IRMANDADE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS DA CIDADE DE SÃO PAULO: REPRESENTAÇÕES DA CULTURA AFRICANA E TÁTICA DE RESISTÊNCIA (1778-1872) Fernanda Moreno Rosa Araujo DOI 10.22533/at.ed.9562109025	
CAPÍTULO 6	71
SUSTENTABILIDADE E A POSSIBILIDADE DE CIDADES SUSTENTÁVEIS Marcio Valério Effgen Flavia Nico Vasconcelos DOI 10.22533/at.ed.9562109026	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	86
ÍNDICE REMISSIVO	87

CAPÍTULO 5

A IRMANDADE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS DA CIDADE DE SÃO PAULO: REPRESENTAÇÕES DA CULTURA AFRICANA E TÁTICA DE RESISTÊNCIA (1778-1872)

Data de aceite: 01/02/2021

Data de submissão: 06/11/2020

Fernanda Moreno Rosa Araujo

Universidade Estadual de Londrina

Londrina – Paraná

<http://lattes.cnpq.br/5478750145766119>

RESUMO: A Presente pesquisa se propôs analisar o compromisso da Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da cidade de São Paulo, irmandade esta, composta por negros escravizados, libertos e livres. Através deste documento, podemos perceber aspectos da representação da cultura africana e táticas de resistência praticada pelos irmãos, no período de 1778, data da aprovação do compromisso, até 1872 ano da desapropriação do cemitério da Irmandade. A partir da abordagem do contexto da escravidão na cidade de São Paulo e a análise do compromisso, podemos perceber que o catolicismo, desempenhado por esta Irmandade, era um catolicismo africanizado, ou seja, traz em suas práticas cotidianas aspectos da religiosidade africana. Assim, tornando possível a recriação de uma cultura e de um catolicismo sincrético dentro das regulamentações oficiais da Igreja Católica.

PALAVRAS-CHAVE: Irmandades religiosa; Escravidão; Resistência; Cultura Africana.

THE BROTHERHOOD OUR LADY OF ROSARIO OF THE BLACK MEN IN THE CITY OF SÃO PAULO: REPRESENTATIONS OF AFRICAN CULTURE AND RESISTENCE TACTICS (1778-1872)

ABSTRACT: The present research proposes to analyze the commitments of the Brotherhood of Our Lady of the Rosary of Black Men from the city of São Paulo, a fellowship composed by black men slaved, freed and free men. Through this document, we can realize the representation aspects of the African culture and tactics of resistance practiced by the brothers, in the period from 1778, date of approval of the commitment, to 1872, year of the expropriation of the Brotherhood cemetery. From the approach of the context of slavery in the city of São Paulo and the commitments analysis, we can realize that the Catholicism, performed by this Brotherhood, was an Africanized Catholicism, i.e., brings in their everyday practices aspects of the African religiosity. Thus, making it possible the recreation of a culture and a Catholicism syncretic within the official regulations of the Catholic Church.

KEYWORDS: Religious Brotherhoods; Slavery; Resistance; African Culture.

1 | INTRODUÇÃO

A Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da cidade de São Paulo começou suas atividades por volta de 1711, formada por escravos e forros, foi se organizando e se estruturando, até que entre 1725-1750 teve

sua Igreja construída por seus próprios membros, e no ano de 1778 seu compromisso¹ foi aprovado pela Igreja Católica (AMARAL, 1954). As irmandades religiosas, eram instituições que teciam redes de solidariedade, as irmandades compostas por negros desempenhavam um papel importante na vida dessa comunidade escrava, pois essa assistência, por vezes, poderia significar a sobrevivência do indivíduo que era amparado (REIS, 1991).

O objetivo da presente pesquisa é abordar a Irmandade do Rosário de São Paulo como espaço de resistência cultural e social da comunidade escrava 1778 e 1872, tendo como fonte primária o Compromisso da Irmandade do ano de 1778, que oferece indícios para compreender a questão. O período da pesquisa se encerra no ano de 1872 devido a desapropriação do terreno do cemitério que ficava contíguo à Igreja, com o início da desapropriação, do Largo do Rosário, percebemos que a Irmandade começava a perder espaço físico e talvez simbólico naquela comunidade paulistana.

O compromisso possui vinte e quatro capítulos, nestes estão dispostos as obrigações e os direitos dos irmãos da irmandade, o compromisso é um documento aprovado pela Igreja Católica, por isso, trata-se de um documento de cunho oficial, entendemos que o compromisso por si só não consegue responder a todos os questionamentos da pesquisa, pois ele nos fornece apenas indícios do cotidiano dos escravos, deste modo, não possui uma narrativa desta vida em sociedade. Sobre a fragilidade da fonte, Marina de Mello e Souza compartilha em seu livro a mesma fragilidade por ela encontrada. Sobre as práticas cotidianas das irmandades, Souza salienta:

Para muitos estudiosos, elas eram um espaço no qual os negros podiam exercer sua sociabilidade, além de suas práticas religiosas marcadamente africanas, longe dos olhos vigilantes dos senhores e seus representantes. Mas sobre estas práticas, realizadas secretamente sob o manto protetor das irmandades, nada sabemos e provavelmente nunca saberemos, mesmo que tenham realmente existido, devido à total falta de vestígios deixados. Apesar de existirem documentos acerca das atividades das irmandades de homens pretos, constituídos principalmente pelos compromissos, atas de eleições e reuniões, livros de registro de irmãos e de entradas e despesas, estes são expressões da subordinação dessas associações às regras impostas pela sociedade colonial e mostram seus aspectos legais, não trazem pistas acerca das possíveis tradições africanas mantidas sob a legalidade. (SOUZA, 2002, p. 190)

Portanto, para abordar, também, a questão das práticas, utilizaremos o trabalho de Raul Joviano Amaral (1954), seu trabalho traz aspectos memorialistas, sua obra é riquíssima em descrições cotidianas, festas da irmandade e seus enterros. Contudo, não podemos esquecer que, por tratar-se de um trabalho memorialista, tal conhecimento, é produzido fora da temporalidade da pesquisa e da fonte, portanto não podemos utilizar

1 O Compromisso, consiste num documento elaborado pelos membros de uma irmandade e aprovado pelas autoridades da Igreja Católica, neste documento estão previstos as regras que os membros da irmandade devem cumprir, assim como, os benefícios que passam a desfrutar por ser um irmão e os compromissos com as atividades da irmandade e da igreja durante todo o ano.

o trabalho de Amaral como uma fonte primária daquela época. Amaral (1954), em sua obra, aborda a Irmandade de forma contemplativa, em seu texto, percebemos aspectos de saudosismo e admiração pelas atividades da irmandade. No entanto, não podemos deixar de salientar que ele era um frequentador da igreja do Rosário de São Paulo, por isso, seu posicionamento, carrega aspectos da doutrina católica, mas isso não o impede de criticar o espaço periférico concedido aos negros nesta instituição.

Um conceito importante, utilizado na presente pesquisa, e na obra de Amaral (1954), é o conceito de sincretismo religioso. Para defini-lo, utilizamos a obra de Richard Gonçalves André (2011), “Religião e Silêncio: Representações e práticas mortuárias entre nikkeis em Assaí por meio de túmulos (1932 – 1950)”. Nesta obra, o autor aborda a questão do sincretismo religioso nipônico, contudo, podemos relacionar seu conceito com a presente pesquisa. Para o autor, a existência de túmulos sincréticos deve-se à conversão ao cristianismo, contudo, a conversão não significa “o abandono de uma fé anterior e a adesão absoluta a outro conjunto de representações e práticas religiosas” (ANDRÉ, 2011). Segundo o autor, o caminho percorrido é o contrário, não é o abandono de uma crença e sim a apropriação de elementos de outro repertório religioso realizado a partir da cultura de origem. Para o autor:

[...] sincretismo não é um fenômeno simples ou inocente, tampouco indicaria a debilidade na interiorização de determinada crença religiosa. [...] Como enfatiza Ortiz ao analisar o trânsito entre as religiões africanas e o cristianismo, o sincretismo ocorre quando da percepção pelos adeptos, consciente ou inconsciente, de certos elementos comuns na estrutura de duas ou mais religiões diferentes. (ANDRÉ, 2011, p.171)

Segundo o autor, um sistema cultural não é frágil a ponto de dar lugar a um novo sistema, ele é flexível e permite transformações, principalmente em momentos de necessidade. Para o autor, é na necessidade que se cria “canais de comunicação”, através deles o sincretismo é realizado. Para o autor:

Tendo em vista esses ‘canais de comunicação’, as religiões, como quaisquer produtos culturais, possuem pontos de encontro que são explorados pelos fiéis para a realização do sincretismo. Por isso, segundo Ortiz, Exu, o orixá responsável pela abertura dos caminhos entre dois mundos durante os rituais afro-brasileiros de invocação, foi sincretizado com São Pedro, o guardião dos portões do céu, ou mesmo com Lucifer, dada a qualidade de trapaceiro atribuída a Exu se os ritos não fossem devidamente cumpridos. (ANDRÉ, 2011, p. 172)

Deste modo, podemos perceber que o sincretismo pode ocorrer através das mais diversas assimilações, para o autor, o processo de cristianização de indivíduos pertencentes a uma religião, digamos, nativa, possibilitou a comunicação de dois ou mais universos simbólicos diferentes, dando origem, assim, a um novo universo simbólico sincrético (ANDRÉ, 2011).

Para compreendermos melhor como se deu esse catolicismo sincrético, acreditamos que os argumentos de Certeau (2012) possam nos guiar no método desempenhado por esses escravos, para a recriação e por consequência, resistência da cultura africana no cativo brasileiro. Deste modo, segundo o autor:

A ordem reinante serve de suporte para produções inúmeras, ao passo que torna os seus proprietários cegos para essa criatividade (assim como esses “patrões” que não conseguem ver aquilo que se inventa de diferente em sua própria empresa). No limite, esta ordem seria o equivalente daquilo que as regras de metro e rima eram antigamente para os poetas: um conjunto de imposições estimuladores da invenção. Uma regulamentação para facilitar as improvisações. (CERTEAU, 2012, p. 48-49).

Considerando os argumentos do autor, as regras seriam, um estímulo a criatividade e proporcionaria aos indivíduos uma habilidade para burla-las, o catolicismo sincrético, ou seja, essa mistura, inicia-se justamente neste ambiente de regras e limitações. A religião do dominador é imposta, desde modo, o dominado não vê alternativa a não ser burlar as regras e dogmas dessa religião e praticar, dentro desta religião do dominador, a sua própria religião original. Aplicaremos assim, o conceito de “tática” de Certeau (2012). Segundo o autor:

[...] pelo fato de seu não lugar, a tática depende do tempo, vigiando para “captar no voo” possibilidades de ganho. O que ela ganha, não o guarda. Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em “ocasiões”. Sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas. Ele o consegue em momentos oportunos onde combina elementos heterogêneos [...], mas a sua síntese intelectual tem por forma não o discurso, mas a própria decisão, ato e maneira de aproveitar a “ocasião”. (CERTEAU, 2012, p. 46).

Neste trecho, podemos perceber que, a tática é paciente e espera a ocasião certa para jogar com os acontecimentos, do mesmo modo, os escravos pertencentes à irmandade, esperaram o momento certo e as ocasiões para introduzir seus cultos e crenças, sem que a igreja “percebesse”, provavelmente, por esse motivo que as práticas cotidianas não aparecem, em sua totalidade, no compromisso da irmandade e sim em narrativas de outras fontes. Pois, oficialmente quem regia a irmandade era a religião católica.

21 AS IRMANDADES NEGRAS

Antes de abordarmos nossa fonte e a história da Irmandade de São Paulo, precisamos entender, o que era uma irmandade, principalmente aquelas compostas por escravos negros e como essa irmandade interagiu com sua comunidade, ou seja, seu papel social. Deste modo, para abordar os aspectos culturais e sociais das Irmandades formadas por negros, sejam escravos ou livres, africanos ou brasileiros, em todo o país, iremos nos basear nas discussões realizadas por João José Reis (1991). A abordagem cultural e social

que este autor faz das Irmandades, nos faz perceber a importância delas na vida dessas comunidades, pois, não eram apenas instituições religiosas para a comunidade escrava, eram um meio pelo qual os escravos podiam construir laços de parentesco, tecer estruturas de ajuda e principalmente, viver sua religiosidade que, se misturando à religiosidade católica institucionalizada, criou um catolicismo sincrético, um catolicismo africanizado, que abordaremos posteriormente. De acordo com Reis:

As confrarias, divididas principalmente em irmandades e ordens terceiras, existiam em Portugal desde o século XIII pelo menos, dedicando-se a obras de caridade voltadas para seus próprios membros ou para pessoas carentes não associadas. Tanto as irmandades quanto as ordens terceiras, embora recebessem religiosos, eram formadas, sobretudo por leigos. (REIS, 1991, p.60)

As irmandades, como sugere Reis, trazem aspectos sociais desde o século XIII em Portugal. Tais irmandades, vêm desempenhando durante os séculos um papel de assistência à comunidade, com hospitais, enterros dignos e sociabilidade. Contudo, com o passar dos séculos o espaço institucionalizado da Igreja Católica foi ressignificado pelas populações escravas, ou seja, este aspecto assistencialista estendeu-se também a esta comunidade. Os escravos, passaram a fundar suas próprias irmandades e oferecer assistência a seus irmãos necessitados. Além deste aspecto de ajuda mútua entre os escravos, o espaço ressignificado da Igreja Católica, passou a servir de espaço de sociabilidade e convivência entre estes indivíduos e com a comunidade ao redor, proporcionando maior visibilidade deste sujeito na sociedade. Para o autor, “As irmandades eram associações corporativas, no interior das quais teciam solidariedades fundadas nas hierarquias sociais”. (REIS, 1991). Contudo, para que uma irmandade funcionasse, a boa vontade não era suficiente, ela precisava ser regida e aprovada pelas autoridades eclesiásticas e civis, ou seja, era institucionalizada. O documento que regia a Irmandade era o Compromisso. Para Reis:

Além de regularem a administração das irmandades, os compromissos estabeleciam a condição social ou racial exigida dos sócios, seus deveres e direitos. Entre os deveres estavam o bom comportamento e a devoção católica, o pagamento de anuidades, a participação nas cerimônias civis e religiosas da irmandade. Em troca os irmãos tinham direito à assistência médica e jurídica, ao socorro em momento de crise financeira, em alguns casos ajuda para a compra de alforria e, muito especialmente, direito a enterro decente para si e membros da família, com acompanhamento de irmãos e irmãs de confraria, e sepultura na capela da irmandade. (REIS, 1991, p.62)

Podemos perceber, que a irmandade participava da vida dos irmãos. Reis aborda irmandades na Bahia, contudo, os compromissos, estabeleciam regras e direitos bem parecidos com os da Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de São Paulo. Além desses aspectos, o compromisso previa a averiguação da vida do irmão, já que este devia prestar contas de sua conduta, o que será aprofundado posteriormente.

Por ora, é necessário compreender que essas irmandades tinham “a função implícita de representar socialmente, se não politicamente, os diversos grupos sociais” (REIS, 1991, p.65), inseri-los na estrutura social da época.

Sobre a Irmandade do Rosário em São Paulo, Amaral (1954), demonstra essa similaridade entre as funções desempenhadas pelas irmandades baianas e a da Capital de São Paulo. Segundo o autor:

Entre outros objetivos, a Irmandade estabeleceria: estímulo maior à solidariedade; fortalecimento do sentimento religioso pela devoção em conjunto; possibilidade do desenvolvimento do culto dos mortos; incremento do desejo de ser alforriado, pela adoção dos princípios de liberdade e da compra cooperativista da respectiva carta; o ensejo das festas coletivas, sem a incômoda fiscalização do “sinhô”. (AMARAL, 1954, p.32).

As irmandades regulavam a entrada de seus membros, fundamentada, principalmente, na questão étnico-racial dos indivíduos, deixando de lado, muitas vezes, questões econômicas e ocupacionais. Porém, numa sociedade escravista, o poder aquisitivo do indivíduo estava ligado à condição social, livre ou escravo. Sendo assim, havia irmandades de brancos, de pardos e de negros, e dentro das irmandades negras havia também uma hierarquia, assumindo os primeiros lugares os crioulos e angolas (REIS, 1991).

Segundo Reis (1991), as irmandades compostas de africanos se subdividiam conforme as etnias de origem, como angolanos, jejes e nagôs². Tal divisão poderia ser um meio de afirmação cultural, no sentido que unia indivíduos com familiaridades, gerando uma identificação com o outro, assim como, tal divisão, levava a negação de outro grupo. Formando assim, parte de sua identidade (HALL, 2004), pois essa divisão impedia uma uniformização desses indivíduos, por consequência poderia oferecer maior facilidade de dominação e controle desses escravos.

Por outro lado, as classes dominantes, viam nessa divisão um meio de evitar alianças perigosas, preservando rivalidades entre os negros, a fim de evitar revoltas. Pois, a união em um grupo coeso, poderia facilitar a organização de revoltas e até mesmo possibilitar a percepção de que com organização poderiam balançar o sistema escravista. Por isso, talvez, os senhores se empenhassem em manter seus escravos em irmandades, pois, se identificariam com um grupo, mas não com toda a comunidade escrava (SOUZA, 2002). O negro que pertencia a alguma irmandade tinha menos chances de fuga, pois criava raízes e laços de relacionamento. “Esse sistema de representatividade étnica, comum nas irmandades de cor, permitia aos grupos homogêneos melhor administração de suas diferenças, e melhor controle dos irmãos de outras etnias” (REIS, 1991, p.69).

Marina de Mello e Souza (2002), nos traz uma abordagem similar à de Reis, segundo a autora, sobre a redefinição de laços de parentesco e da própria recriação e resistência

² Eram chamados assim os escravos vindos da região do povo *banto*, grupo etnolinguístico da África, que englobava Angola, Congo e Moçambique. Englobava grande parte da África subsaariana.

cultural, podemos destacar:

Fenômeno equivalente ocorreu com a parte da população que estava dominada pelas relações escravistas, pois antes de se ver como “afro-brasileira”, marca evidenciada pelas diferenças sociais e raciais, encontrou afinidades étnicas reinterpretadas no novo ambiente, ao qual os africanos foram lançados. Foi esse o contexto no qual se formaram as “nações”, noção que, como vimos, foi forjada no universo do colonizador, sendo incorporada pelos africanos e seus descendentes, que assim marcavam suas diferenças, reafirmavam suas origens e construía novas identidades, a partir da bagagem cultural que traziam e das possibilidades que lhes eram dadas pela sociedade escravista. (SOUZA, 2002, p. 180)

Para a autora, essa adaptação ao Novo Mundo, ocorreu no interior das irmandades, pois elas eram uma das possibilidades dadas aos escravos, forros e negros livres, de vivenciar e reinventar a própria identidade cultural e religiosa. Deste modo, podemos perceber que não se trata apenas da sobrevivência de uma identidade dita original, mas a criação de novas identidades, forjadas sob o pretexto e a tentativa de recuperação dessa identidade original.

Devido às condições do cativeiro, e até mesmo das consequências do tráfico negreiro intenso, os africanos escravos e libertos, tinham grande dificuldade em formar famílias. Como alternativa, eles redefiniram o conceito de família, expandiram os laços de parentesco, baseado, na maioria das vezes, no conceito de nação. A partir da sua identidade na África, teceram sua identidade no Brasil, por exemplo, um nagô era parente de outro nagô, angola de angola, jeje de jeje, assim por diante. Porém, tais regras não se aplicavam às mulheres, uma vez que algumas regiões tinham uma carência enorme de mulheres negras, principalmente de africanas, pois o tráfico priorizava a vinda de homens, visando o trabalho braçal. (REIS, 1991). De acordo com Reis:

[...] a intensidade com que os escravos produziam parentescos simbólicos ou fictícios revela como era grande o impacto do cativeiro sobre homens e mulheres vindos de sociedades baseadas em estruturas de parentesco complexas, das quais o culto aos ancestrais era uma parte importantíssima. (REIS, 1991, p.68)

As religiões africanas, em sua maioria, baseavam-se no culto aos ancestrais (REIS, 1991). Talvez por isso a necessidade dos escravos de estabelecerem relações de parentesco, pois precisavam de ancestrais em comum para cultuar. Eles encontraram nas irmandades um espaço para esse culto, fundindo suas concepções religiosas às concepções católicas, de forma consciente. A irmandade preenchia a ausência dessa família ancestral e assumia seu papel. Desse modo:

Cabia à “família” de irmãos oferecer a seus membros, além de um espaço de comunhão e identidade, socorro nas horas de necessidade, apoio para conquista da alforria, meios de protesto contra os abusos senhoriais e sobretudo rituais fúnebres dignos. (REIS, 1991, p.68)

Nas culturas africanas, principalmente da região Congo – Angola³, as organizações sociais eram tecidas de acordo com a linhagem. Deste modo, segundo Souza (2002), sobre a importância da ancestralidade ela também destaca:

[...] a forma básica de organização social, logo depois das linhagens que uniam as famílias em torno de seus ancestrais e suas regras de casamento, era a reunião de diversos grupos familiares em torno de chefes tribais, eleitos conforme as normas da tradição, sendo sempre fundamental a sua confirmação pelo líder religioso, uma vez que poder político e religioso estavam associados. (SOUZA, 2002, p.181)

Podemos entender, que ser membro de uma irmandade atribuía potencialmente identidade a esses negros, sejam livres ou escravos. A convivência e a mobilização desses indivíduos, era um ato de resistência e de criação da sua identidade, além de ser espaço de recriação de uma ancestralidade compartilhada pelos membros da mesma irmandade, o santo cultuado passa a representar um ancestral comum. A passagem de Souza reforça tal afirmação. Segundo a autora:

Com o estilhaçamento das relações familiares provocado pelo tráfico, os africanos escravizados buscaram reconstruir em novas bases os laços fundamentais que uniam as pessoas, sendo a ligação entre malungos, como já vimos, a primeira alternativa encontrada, ainda na travessia do Atlântico. A reunião de grupos oriundos da mesma etnia ou de regiões próximas, pertencentes a um mesmo complexo sociocultural, foi outra forma encontrada para recriar as afinidades antes fundadas nas relações de parentesco. Roger Bastide disse, a respeito das confrarias, que a reunião em torno de um santo, mais que mística, expressava uma espécie de parentesco étnico. (SOUZA, 2002, p. 181-182)

Deste modo, a interação dos escravos, oriundos da África ou de outras regiões do Brasil, fez com que eles se identificassem como comunidade. Só assim, foi possível que eles fundassem suas Irmandades e deixassem de lado, muitas vezes, rivalidades africanas, e construíssem novas relações de sociabilidade. O interagir entre as mais diferentes etnias, fez com que os escravos constituíssem uma relação com outros escravos, e assim formarem uma identidade cultural e social, sem deixar sua individualidade.

Deste modo, toda a rede de relações que as irmandades formavam e sustentavam, dava suporte à formação da identidade desses indivíduos e por consequência alterava o modo com que o outro o percebia. Estar representado numa identidade, comum, tornava mais fácil a própria convivência na Irmandade e, por consequência, em toda a sociedade.

Sobre as irmandades de homens pretos, a autora salienta:

[...] se as irmandades de africanos muitas vezes se organizavam de acordo com as nações aportadas no Novo Mundo, estas não correspondiam necessariamente a uma mesma origem étnica, já sendo parte do processo de constituição de novas instituições e relações sociais no âmbito do universo escravista, o que não diminuía a operacionalidade de tais agrupamentos

3 Região da África Central, correspondente a Angola, República do Congo, República Democrática do Congo e Gabão.

nacionais, tanto para os colonizadores como para os africanos e seus descendentes. Como aponta João José Reis, mesmo sendo instrumento de domesticação do espírito africano, as irmandades também funcionaram como meio de afirmação cultural, de construção de identidades e alteridades, formadas no processo de transporte para a América. (SOUZA, 2002, p.187)

De acordo com Souza, podemos perceber a importância dessas irmandades na vida de todos os irmãos, pois, vale lembrar que, a religiosidade naquela época estava entrelaçada com a vida social, as festividades e a política, estavam calcadas na esfera religiosa, sendo assim, a afirmação cultural se torna um produto desta irmandade. A sobrevivência de fontes e de elementos culturais, sobre a vivência negra escrava, forra ou liberta, nos dão indícios de um esforço constante na redefinição e recriação de aspectos culturais, sociais e religiosos das comunidades africanas. Sobre essa construção, Souza continua:

No quadro do sistema colonial escravista, no qual os africanos eram lançados a partir do apresamento em suas aldeias e do comércio atlântico, ao chegar no Novo Mundo as irmandades foram logo percebidas como uma das únicas formas de construção de laços de solidariedade e afirmação cultural, permitidas e mesmo estimuladas pelos senhores e pela administração colonial. A sua enorme disseminação entre a população negra da América portuguesa, onde se pode estimar que na virada do século XVIII para o XIX cerca de 80% dela pertenciam a pelo menos uma irmandade, deveu-se fundamentalmente ao fato de que cumpria funções que eram tanto de interesse da classe senhorial como dos escravos, forros e negros livres. (SOUZA, 2002, p. 189)

Podemos perceber, assim, que o ato de afirmação cultural, em alguns momentos, não era repreendido pelos senhores, um exemplo desta não repressão e até de incentivo por parte senhorial são as irmandades religiosas de homens pretos (SOUZA, 2002).

3 | O CATOLICISMO SINCRÉTICO DAS IRMANDADES DE HOMENS PRETOS

A formação dessas irmandades, não possuíam uma base firme na doutrina católica, por falta de catequização, ou pela simples suposição de que um sujeito batizado estaria convertido para o cristianismo católico. Contudo, essa ausência de doutrinação possibilitou aos escravos uma interpretação própria do catolicismo, nessa interpretação, inseriram suas crenças e ritos. Dentre elas, a coroação do rei do Congo, pertencente às festividades das irmandades, mas que não está inserido nos ritos católicos. Souza (2002), aborda em sua obra, as coroações dos reis negros no Brasil escravista, podemos destacar, segundo autora:

O caminho percorrido ao longo das leituras e da pesquisa me levou a enxergar a coroação do rei do congo no Brasil, principalmente como ficariam registradas no século XIX, como festa que a cada ano rememorava um mito fundador de uma comunidade católica negra, na qual a África ancestral era invocada em sua versão cristianizada, representada pelo reino do Congo.

Produto do encontro de culturas africanas e da cultura ibérica, a festa incorporou elementos de ambas em uma nova formação cultural, na qual símbolos ganharam novos sentidos. Espaço de construção de identidades e de expressão de poderes, organizava as relações internas ao grupo e também as relações do grupo com a sociedade abrangente. Originadas geralmente no âmbito das irmandades, as comunidades que realizavam a festa assumiam formas europeias de organização, permeadas de elementos africanos. (SOUZA, 2002, p. 18-19)

A partir desta citação, percebemos que o sincretismo está presente na coroação do rei do Congo. Na irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da cidade de São Paulo havia, previsto no compromisso, a coroação do rei e da rainha, segundo a autora, era uma manifestação do catolicismo africano, era na verdade, a comemoração de um rito fundador do catolicismo africano, onde misturavam-se cultura africana e ibérica, era o momento em que um escravo de nação angola (pois, era previsto no compromisso que apenas os angolas poderiam ser reis) assumia a posição de rei e representava todo esse poder para aquela comunidade.

A autora, sobre a Irmandade do Rosário de São Paulo, afirma que:

A outra condição necessária para alguém assumir os postos reais é que sejam “de Angolla”. Vemos assim que, apesar de não aparecer nenhum indício de restrição ligada ao grupo de procedência no que diz respeito ao ingresso na irmandade, os cargos reais só podiam ser ocupados por africanos vindos de uma região específica, no caso, a que os portugueses designavam por Angola. (SOUZA, 2002, p. 193)

No trecho do compromisso, no capítulo XXII, expressam a eleição do rei e da rainha e de como a autoridade deste rei era exercida na irmandade, condicionada a uma contribuição generosa para a Irmandade. Segundo o Compromisso:

Nesta Irmandade se farão todos os anos hum Rey e huma Rainha os quais serão de Angolla, e serão de bom procedimento; e terá o rey tão bem seu voto em meza todas as vezes que se fizer visto sua esmola avantajada. (ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE SÃO PAULO; CATÁLOGO GERAL DE LIVROS MANUSCRITOS, 1778, p. 07)

Segundo a autora, a festa de coroação, era um indício do sincretismo dessas comunidades, e como no compromisso da irmandade estudada contém a afirmação de que essa coroação ocorre, podemos salientar, além de outras práticas, a coroação do rei como uma prática sincrética que proporcionava aos participantes um sentimento de recriação e ressurreição de práticas africanas, talvez idealizadas, mas que não deixavam de cumprir sua função de identidade, dos participantes se entenderem como sujeitos ativos dessa comunidade. Para tanto, segundo a autora:

Posteriormente identificada pela maioria dos estudiosos como oriunda de tradições africanas, a eleição de reis negros, mesmo forjada no contexto da dominação colonial, servia de elo entre a comunidade negra e um passado

idealizado, ligado a uma terra natal desprovida de particularidades concretas, vivida como lugar abstrato, portador de características gerais e distantes das realidades diferenciadas de cada região. (SOUZA, 2002, p. 194)

Podemos relacionar esse sincretismo como sendo o fruto dessa improvisação, pois, foi através do jogo com a ordem vigente, na capacidade de se adaptar e de aproveitar as oportunidades, que os negros escravizados conseguiram recriar e reinterpretar sua cultura no Brasil e assim, formar algo diferente do que existia em sua terra natal, África. Sendo assim, podemos perceber a Irmandade do Rosário de São Paulo, como um espaço propício para o exercício desta criatividade e improvisação, dando origem a um catolicismo diferente, sincrético durante os séculos XVIII e XIX.

4 | RITOS FÚNEBRES

As práticas que envolvem a morte desses irmãos, são abordadas em quase todos os seus vinte e quatro capítulos, referenciando a importância de rezar pela alma dos irmãos, todos os irmãos eram obrigados a comparecer aos cortejos e missas dedicadas aos mortos, os irmãos enfermeiros tinham de cuidar dos irmãos doentes, o capelão da Igreja era responsável por fornecer o último sacramento, a extrema unção ao irmão que encontrava-se no leito de morte, assim como deveriam preocupar-se com a família do morto, dando-lhes assistência para suprir suas necessidades físicas e espirituais. Tal análise, vem numa tentativa de compreender as razões que levaram a permanência e reconstrução de algumas práticas de origem africana na Irmandade.

Para compreendermos o motivo, pelo qual o destino do corpo e o modo como ocorria o enterro era tão importante, precisamos entender que a religião desses africanos estava ligada à ideia de ancestralidade. Logo, para ser um ancestral e poder ser cultuado, era necessário lembrar os funerais da África, ou seja, do seu lar ancestral (REIS, 1991, p.113).

Outro aspecto importante, é a questão do horário da realização desses ritos, que eram noturnos. O autor nos traz uma descrição breve, mas rica, sobre esse rito mortuário noturno:

Ritmado pelas pancadas certas e surdas da mão de-pilão que lhes servia de socador, repercutindo na terra como se fôra o som rouco e cavo do velho “atabaque”; cadenciado pelos lamentos de melopéias tristes; norteado pelos cantos de estrofes mais que inocentes, o rito funerário transcorria lenta e lugubre, monótona e gravemente pela noite a dentro. (AMARAL, 1954, p. 56)

Podemos perceber que, além da existência do cortejo, o funeral escravo ainda tinha uma ritualidade no enterrar do morto, a música era ritmada pelo próprio socar a terra sobre o morto. O autor ainda traz a música que estes cantavam, utilizando como fonte um cronista contemporâneo, cujo nome não nos revela. Deste modo:

Enquanto procediam ao sepultamento, iam cantando:

Zoio que tanto vê

Zi boca que tanto fala

Zi boca que tanto ri

Zi comeo e zi bebeo

Zi corpo que tanto trabaiô

Zi perna que tanto andô

Zi pé que tanto pisô. (AMARAL, 1954, pag. 57)

A música, parece uma descrição de tudo que aquele irmão, que estava sendo sepultado, fez durante a vida, viu, falou, riu, bebeu, trabalhou e andou, tudo em abundância, que a palavra “tanto” nos faz referência.

No compromisso, não há o registro de que os funerais fossem realizados durante a noite, mas o autor aborda essa questão do horário das realizações ritualísticas em mais de uma passagem. Uma passagem importante se faz necessária para melhor compreensão deste ritual. Segundo Amaral:

Mas, ao efetuarem o enterramento dos irmãos falecidos dos “malungos”, vinham à tona, invencíveis, sobrevivências ancestrais. Quase sempre a missão piedosa se fazia durante a noite, em cemitério próprio, como era de estilo na ocasião, e não podendo os africanos desenvolver todo o complicado ritual de suas celebrações, derivam-no por vereda mais simples e cômoda, nem por isso menos impressionante e significativa, prenhe de mistérios. (AMARAL, 1954, p. 56)

Percebemos novamente o aspecto noturno, característica que irá permear grande parte da pesquisa, que visa entender a sobrevivência dessas ritualísticas africanas, já que não fazia parte do ritual de outros enterros na cidade enterrar seus mortos durante a noite. Amaral, salienta a existência de denúncias sobre o barulho do enterro africano durante a noite na cidade de São Paulo e o medo existente na população branca devido a tais práticas (AMARAL, 1954, p. 59).

Faz necessária a transcrição de alguns trechos do compromisso, para que fique claro a importância e a forma organizada como é exposto a questão da morte para os irmãos. Segundo o compromisso:

Capítulo IV: [...] E será tão bem obrigada a dita Irmandade a acompanhar a seos Irmaons, e Irmans defuntos, com todo o sobre dito aparato; [...] Ira

diante o guião, os seguirão logo os Irmaons com suas roupas brancas, e velas azezas quando levarem o Irmão defunto a enterrar, [...] todo o aparato sairá donde estiver a fabrica, e levará o Irmão defunto até a sepultura.

Capítulo XV: Todas as vezes, que morrer a mulher de algum Irmão, ou filho os acompanharão a Irmandade com todo o sobre dito aparato; e se darão sepultura na forma acima ditta; e se lhe mandarão dizer as sete missas pela alma da ditta mulher, e não por seus filhos.

Capítulo XVI: Em esta Santa irmandade haverem opas, e velas, para com ellas azezas acompanharem as processoens, quando forem a enterrar: [...] e assim mais serão obrigados todos os irmãos a rezar dez padre nossos, com dez avemarias pelos Irmaons defuntos quando morrerem. (ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE SÃO PAULO; CATÁLOGO GERAL DE LIVROS MANUSCRITOS, 1778, p. 04, p. 06)

O trecho acima é um fragmento de três capítulos que falam acerca da morte dos irmãos, contudo, muitos outros capítulos abordam tal questão. O mais importante é que claramente eles se importavam de enterrar seus irmãos e dar a eles um cortejo digno, além das missas pelas almas dos irmãos. João José Reis (1991) em sua abordagem das irmandades baianas nos fala que enquanto as missas eram rezadas no interior das igrejas pela alma do defunto, os batuques já entoavam o cortejo, misturando-se assim lamentos dos cantos católicos e africanos. Segundo Reis:

Cabia à “família” de irmãos oferecer a seus membros, além de comunhão e identidade, socorro nas horas de necessidade, apoio para conquista da alforria, meios de protesto contra os abusos senhoriais e sobretudo rituais fúnebres dignos. (REIS, 1991, p.68)

Para Reis, a importância de rituais fúnebres dignos se sobrepõe até a conquista da liberdade, pois, como vimos talvez tornar-se um ancestral libertaria sua alma, para eles mais importante que o corpo físico. O cortejo e o enterro eram formas de homenagear e de dar aos irmãos de santo e de senzala uma passagem para o outro mundo tranquila e feliz, digna de um ser humano e de um ancestral que amanhã ou depois poderá intervir na vida cotidiana de seus irmãos. Por isso, além do rito funerário se faz necessário uma manutenção deste ritual, através das missas e orações, para fortalecer a alma do morto para que ele se torne capaz de interceder pelos vivos (REIS, 1991).

Reis aborda as atitudes perante o corpo do morto e sua importância para o pós vida. Segundo o autor:

O cuidado com o cadáver era da maior importância, umas das garantias de que a alma não ficaria por ai penando. Cortava-se o cabelo, a barba, unhas. O banho não podia tardar, sob pena do cadáver enrijecer, dificultando a tarefa. Os nagôs acreditavam que a falta dessa cerimonia impedia o morto de encontrar seus ancestrais, tornando-o um espirito errante, um *isekú*. Tal como entre os iorubas, o defunto baiano devia estar limpo, bonito, cheiroso para o velório, esse último encontro com parentes e amigos. (REIS, 1991, p.143)

Podemos perceber que a importância de cuidar bem do defunto não era apenas uma prática católica, como na primeira frase da citação podemos perceber, tal cuidado também era muito valorizado pelos africanos e podemos compreender todos os esforços que esta população teve para poder preparar dignamente seus defuntos, dar eles a possibilidade de fazer uma “travessia” tranquila e honrosa para a outra vida.

5 | A DESAPROPRIAÇÃO DO LARGO DO ROSÁRIO

Com o passar dos anos as propriedades da Irmandade do Rosário foram sendo engolidas pelo centro da cidade, numa tentativa de tirar os negros e as pessoas mais humildes da região começa a desapropriação do Largo do Rosário em 1872 (AMARAL, 1954). Neste ano a irmandade começa a perder espaço físico e simbólico para as políticas de progresso da cidade. Segundo Amaral:

Desapropriados, pelo poder municipal, e pela importância de 6:000\$000 (seis contos de réis), os pequenos prédios e terrenos que serviam de cemitério, contíguo a igreja – em 1827 – prédios esses 'que confinavam com o referido cemitério e eram habitados por casais de pretos africanos, os quais, depois que conseguiam libertar-se do cativo, se estabeleciam no mesmo prédio em que residiam, com quitandas, na qual vendiam doces, geleias, legumes, hortaliças, mandiocas, pinhão, milho verde cozido, etc. – desapropriados para alargar o beco e aformosear o local [...] (AMARAL, 1954, p.65)

A desapropriação começa com os terrenos do cemitério e dos casebres que se instalavam em volta da igreja. O impacto da desapropriação foi enorme, pois a administração da igreja sabia que era uma questão de tempo para a desutilidade pública desapropriar também a Igreja do Rosário. Além do fato de que aquelas residências eram, talvez, as únicas que os escravos tinham a possibilidade de construir (AMARAL, 1954). Nossas fontes não revelam se pagavam alguma quantia, mas pelo compromisso podemos concluir que não, pois, o documento regulamentava que a irmandade deveria prestar auxílio ao irmão alforriado.

Segundo Amaral, inicia-se uma série de desapropriações na cidade, a fim de alargar ruas e dar um aspecto mais desenvolvido a São Paulo, contudo as primeiras desapropriações foram as que pertenciam às minorias sociais, uma irmandade de homens pretos com um terreno grande e bem localizado parecia um ótimo lugar para uma praça. E em 1872 inicia-se os projetos que levariam a Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos para o Largo do Paissandu, onde reside até os dias atuais, provavelmente seu terreno sofreu por desapropriações durante o século XX, afinal, hoje a igreja é cercada por grandes prédios, contudo a estátua da Mãe Preta não permite ofuscar aquela Igreja e sua importância para a história da cultura afro-brasileira.

A importância da desapropriação do cemitério consiste no significado que a morte para essa comunidade, como vimos, os rituais funerários eram necessários para

que o morto pudesse vir a tornar-se um ancestral, capaz de olhar e cuidar daqueles que recorressem a ele. No entanto, a desapropriação significou o afastamento desses mortos da Igreja e os irmãos de seus ancestrais (AMARAL, 1954). Foi esta a justificativa escolhida para trabalhar um período tão longo, pois no ano de 1778 temos a reforma do compromisso e no ano de 1872 à desapropriação do cemitério e dos terrenos contíguos a Igreja.

6 | CONCLUSÃO

A Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da cidade de São Paulo, durante os anos de 1778 a 1872, desempenhou suas atividades no Largo do Rosário, seu terreno abrigava além da capela um cemitério onde seus irmãos eram enterrados. O compromisso da irmandade, nos revelou os aspectos sociais que a mesma desempenhava, além de suas funções religiosas. Deste modo, podemos compreender melhor como a irmandade surgiu e foi mantida, que através do esforço dos irmãos, em sua maioria escravos, conseguiu desempenhar um papel fundamental na vida dos participantes da irmandade.

O início da organização da irmandade foi no ano de 1711, coincidindo com a intensificação do emprego de mão de obra escrava negra na cidade de São Paulo, podemos entender que, como as irmandades de homens pretos já existiam em outras regiões do país, quando os escravos chegaram na cidade de São Paulo já começaram a organizar sua irmandade na cidade, levando em consideração que segundo Luna (2009) os primeiros escravos a chegar em São Paulo eram oriundos de outras regiões do Brasil, apenas alguns anos depois que começou a entrada de escravos direto da costa da África para São Paulo.

Como abordado, a Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da cidade de São Paulo, não era apenas um espaço onde poderiam exercer a religiosidade católica, mas sim onde podiam, sem a constante vigia do senhor, cultivar seus ancestrais juntamente com o culto católico, fazendo assim um culto sincrético, dando origem a um catolicismo africanizado. A irmandade possibilitava a seus irmãos uma vida mais digna, na medida em que estar vinculado à irmandade lhe conferia alguns benefícios, como assistência médica do irmão enfermeiro, auxílio no pós alforria e principalmente rituais fúnebres dignos para que se passasse da vida para a morte de forma honrosa a fim de tornar-se um ancestral a ser cultuado.

A irmandade representava uma extensão da família, pois para muitos os irmãos de irmandade eram os únicos que conheciam, devido ao tráfico. Deste modo, as atividades previstas ou não no compromisso, fazia um contraponto no dia-dia de trabalho puxado, além de poder passar alguns períodos fora da vigilância dos senhores, podiam, nas atividades da irmandade, sociabilizar com seus iguais e deste modo recriar práticas culturais que vinham de sua cultura africana de origem. A resistência cultural pode ser percebida na sobrevivência ou na recriação de práticas culturais como as festas e os ritos fúnebres que

possuíam vestígios da cultura africana, talvez idealizada.

Por fim, entendemos a Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da cidade de São Paulo como um espaço de representação da cultura africana e onde esses africanos puderam resistir e tecer redes de ajuda, possibilitando assim, uma vida mais aprazível de se viver e de compartilhar com os irmãos. Percebemos que talvez nunca seja possível saber como eram as práticas ritualísticas dos funerais, como eram as danças e as festas em seu íntimo, mas as fontes nos dão indícios desde cotidiano, particularmente, encantador. Tínhamos como um dos objetivos deste trabalho, mostrar os negros escravizados, libertos e livres, como indivíduos de cultura rica e singular, cultura esta que não foi apagada com o cativeiro e sim reinventada em novos moldes.

FORTE PRIMÁRIA

Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo; **Livro de Compromisso da Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de São Paulo, 1778**, Catalogo Geral de Livros Manuscritos, (1-3-8).

REFERÊNCIA

ANDRÉ, Richard Gonçalves. **Religião e silêncio: representações e práticas mortuárias entre nikkéis em Assaí por meio de túmulos (1932 – 1950)**. 2011. 250 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/103153>>.

AMARAL, R. Joviano. **Os Pretos do Rosário de São Paulo: Subsídios Históricos**. São Paulo: Alarico, 1954.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: Artes de fazer**. Ed. 18. Petrópolis – RJ: Vozes, 2012.

LOVEJOY, Paul E. **A escravidão na África: uma história de suas transformações**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.

LUNA, F. V. Características Demográficas dos Escravos de São Paulo (1777-1829). In: LUNA, F.V, NERO DA COSTA, I , KLEIN, H. S. (Org.). **Escravidão em São Paulo e Minas**. São Paulo: Edusp, 2009. p. 93-130.

LUNA, F. V. Características da População em São Paulo no Início do Século XIX. In: LUNA, F.V, NERO DA COSTA, I , KLEIN, H. S. (Org.). **Escravidão em São Paulo e Minas**. São Paulo: Edusp, 2009. p. 163-183.

MELLO E SOUZA, Marina de. **Reis Negros no Brasil Escravista: História da festa de coroação de Rei Congo**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

QUINTÃO, Antonia Aparecida. **Irmandades Negras: outro espaço de luta e resistência (São Paulo 1870-1890)**. São Paulo: AnnaBlume, 2002.

REIS, J. J. **A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. Ed.1, São Paulo: Cia das Letras, 1991.

ÍNDICE REMISSIVO

C

Cidades 34, 35, 71, 72, 80, 81, 82, 83, 84

Colonialidade 1

Compromisso 26, 55, 56, 58, 59, 64, 66, 68, 69, 70

Crise 44, 59, 72, 77, 79

Cultura africana 55, 58, 64, 69, 70

D

Decolonização 1

Documento 10, 11, 55, 56, 59, 68, 75

E

Educação de surdos 30, 33, 38

Escravidão 43, 44, 55, 70

F

Feminismo 39, 53

Florestas 72, 73, 74

H

Habilidades 27, 31, 33

I

Igreja 55, 56, 57, 58, 59, 65, 68, 69

Imagem 1, 82, 83

Indígena 1, 3, 5, 6, 8, 9, 12, 13

Irmandades religiosa 55

L

Libras 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38

Língua portuguesa 17, 31, 35

Literatura norte-americana 39

M

Meio ambiente 72, 74, 75, 76, 77, 80, 84, 85

Metodologia 20, 34

Movimento 17, 21, 23, 25, 26, 40

Mulher 39, 40, 42, 43, 45, 46, 48, 49, 51, 52, 54, 67

N

Narrativas 12, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 58

O

O Sol é Para Todos 39, 40, 41, 42, 43, 45, 52

P

Pesquisa 14, 15, 17, 18, 23, 26, 28, 29, 30, 31, 37, 38, 52, 55, 56, 57, 63, 66, 71, 84

Políticas públicas 71, 72, 73, 76, 80, 81, 82, 83

Poluição 72

Prática de formação 14, 17, 18, 21, 28

Q

Questões de Gênero 39, 42, 45, 52

R

Relato (auto)biográfico 30

Religião 57, 58, 65, 70

Representação 14, 15, 40, 41, 42, 43, 55, 70, 81

Representações matemáticas 14, 16

Resistência 14, 16, 19, 23, 25, 39, 50, 53, 55, 56, 58, 60, 62, 69, 70

S

Sociedade 39, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 56, 59, 60, 61, 62, 64, 76, 78, 79, 80, 85

Surdez 30, 31, 32, 33, 37, 38

Sustentabilidade 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85

SOCIEDADE E CONDIÇÃO HUMANA NA MODERNIDADE 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

SOCIEDADE E CONDIÇÃO HUMANA NA MODERNIDADE 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 